



## **Ambientes de Interação na Internet como Esferas Públicas: um Estudo dos Comentários de Leitores da Folha Online<sup>1</sup>**

Samuel BARROS<sup>2</sup>

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

### **RESUMO**

O artigo discute se os ambientes de interação na internet configuram-se esferas públicas. Na tentativa de uma resposta, fizemos uma rápida revisão de alguns pontos específicos dos estudos da interação mediada por computador em consórcio com alguns outros pontos da teoria democrática de Habermas. Para objetivar nossos estudos, fizemos uma observação da seção de comentários de leitores da versão on-line do jornal Folha de S. Paulo. Ao fim, chegamos à conclusão de que as possibilidades de interação viabilizadas pela internet não podem ser tomadas a priori como uma esfera pública. Faz-se necessário analisar caso a caso se o debate obedece a uma ética do discurso, composta pelos valores da inclusividade, da racionalidade, da não-coerção e da reciprocidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** internet; interação; debate; esfera pública; democracia.

### **Introdução**

Com o surgimento da internet, ganha fôlego a esperança de uma maior justiça no fluxo de informação, o que traria invariavelmente ganhos para a democracia. A internet, com a possibilidade de interação igualitária entre todos os usuários, foi apresentada como uma saída ao cenário comunicacional extremamente monopolizado por grandes grupos empresariais. André Lemos (2007) define esse fenômeno como pós-massivo, uma vez que a Internet possibilitou a liberação do pólo de emissão. O novo ambiente possibilitaria a comunicação um <=> um e/ou todos <=> todos, o que se configura uma alternativa ao modelo um => todos (LEMOS, 2007, p.79-80).

O cidadão ganha mecanismos tanto para a comunicação privada, como para a discussão pública com outros espalhados em qualquer lugar do globo e com a possibilidade de não-coincidência entre o momento de enunciação e o de recepção, diferente da TV e do rádio. Portanto, uma vantagem nas sociedades contemporâneas, onde as rotinas cotidianas – e o momento do consumo de informação – são cada vez mais diversas. Ou seja, o novo meio possibilitaria a formação de coletivos de discussão que nunca tinham sido possíveis, uma vez que não exigia coincidência espacial e/ou temporal.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante do 5º semestre de Comunicação, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom-UFBA). E-mail: samuel.barros77@gmail.com.



No entanto, os teóricos e engenheiros da internet se concentraram demais nas possibilidades de melhora para o exercício da democracia que traziam os novos aparatos tecnológicos, e dispensaram pouco ou nenhum esforço para avaliar o emprego efetivo dessas ferramentas por parte do cidadão. Esqueceram de avaliar o uso efetivo, ou ainda, caso o uso ocorresse, quais as limitações. O simples fato de existir fóruns de discussão já é um ganho democrático? Não seria o caso de perguntar o quê e como se discute? E se a rede for usada, como é, para organizar grupos nazistas, por exemplo?

Por isso, retomaremos algumas reflexões dos estudos da Interação Mediada por Computador em consórcio com alguns pontos específicos da teoria democrática de Habermas, mais especificamente a ética discursiva, na tentativa de avaliar se efetivamente ocorre diálogo, no sentido mais nobre do termo, ou apenas interação descomprometida. Nosso objetivo final é avaliar a seção de comentários de leitores da versão on-line do jornal Folha de S. Paulo.

## **2. Definindo interação e interatividade**

Atualmente, há um uso exagerado, de termos como “interação” e “interatividade” para definir fenômenos distintos. Nos estudos mais recentes da cibercultura, interação e interatividade se misturam a ponto de perder a especificidade semântica de cada uma. Portanto, antes de qualquer coisa, faz-se necessário um acordo quanto ao emprego que daremos a esses termos.

A interação é entendida por Alex Primo como “uma ação entre os participantes do encontro (inter+ação)” (PRIMO, 2007, p.13), o que não é necessariamente interação social. No mesmo sentido, Lucia Santaella, ao fazer um levantamento de alguns conceitos empregados pela academia, aponta que “a comunicação interativa pressupõe que haja necessariamente intercâmbio e mútua influência do emissor e receptor na produção das mensagens transmitidas” (SANTAELLA, 2004, p.160). Interação, portanto, é um processo, uma relação que se estabelece entre dois ou mais entes com efeitos para todos envolvidos. A interação influencia as trocas subsequentes da relação, bem como na própria constituição das partes envolvidas, o que só é possível na comunicação interpessoal (entre consciências). Ou seja: interação é interpessoal (PRIMO, 2007, p. 99-100). No entanto, sempre lembrando que “interpessoal não é sinônimo de presencial” (PRIMO, 2007, p.10). Interação (portanto, interpessoal) pode acontecer tanto face, quanto mediada por telefone, por exemplo. A diferença é mais ou menos sistemas sónicos empregados no fluxo comunicacional.



Enquanto interatividade seria “un tipo de comunicación posible gracias a las potencialidades específicas de unas particulares configuraciones tecnológicas” (Vittadini, 1995, p. 154). Primo (2007), por sua vez, ao estudar a interação mediada por computador (CMC), nomeia os dois pólos como: interação reativa e interação mútua.

a interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta. (ibid., p.57)

Segundo Primo, o uso da palavra “mútua” evidencia “as modificações recíprocas” dos envolvidos no fluxo comunicacional. “Cada comportamento na interação é construído em virtude das interações anteriores. A construção do relacionamento, no entanto, jamais pode ser prevista” (ibid., p.57). Enquanto a palavra reativa indica que a resposta é geralmente pré-estabelecida, é previamente programada pelos engenheiros do dispositivo técnico.

A dicotomia – interação mútua e interação reativa – proposta por Primo para os extremos do espectro pode ser comparada ao antônimo interatividade/reactividade (WILLIAMS, 1992). A reatividade tem como exemplo mais elucidativo um sistema de estímulo-resposta, fechado e totalmente previsível. Enquanto a interatividade tem como modelo o diálogo humano numa troca aberta de mensagens que configura os próximos passos, ao tempo que afeta os participantes mutuamente, e é totalmente imprevisível.

Também percebendo esta dicotomia, Lemos (1997) classifica a interatividade em: a) interação social e b) interação técnica, sendo que a última se divide em interação analógico-mecânica e eletrônico-digital. Ao falar em interação técnica de tipo eletrônico-digital se está falando de “processos baseados em manipulações de informações binárias” (ibid., p.1), a exemplo da interação com o conteúdo através da interface. O autor lembra, no entanto, que a técnica é um fenômeno social, por isso a interação técnica está sempre relacionada à interação social.

Os dois extremos tão precisos dificilmente ocorrem na experiência comunicacional cotidiana. O mais comum é que tanto a interatividade quanto a reatividade estão presentes em todas as nossas práticas comunicativas em maior ou menor grau, mesmo na comunicação interpessoal há muito que se pode considerar com forte carga reativa. Isso porque os processos de comunicação que se repetem com

alguma frequência no cotidiano tendem a cair em estruturas mais ou menos rígidas, de modo que a interação fica previsível (PRIMO, 2007, p.193-195).

Mesmo levando em conta que na vida cotidiana misturam-se os conceitos, propomos um acordo de nomenclatura para facilitar a atividade analítica.

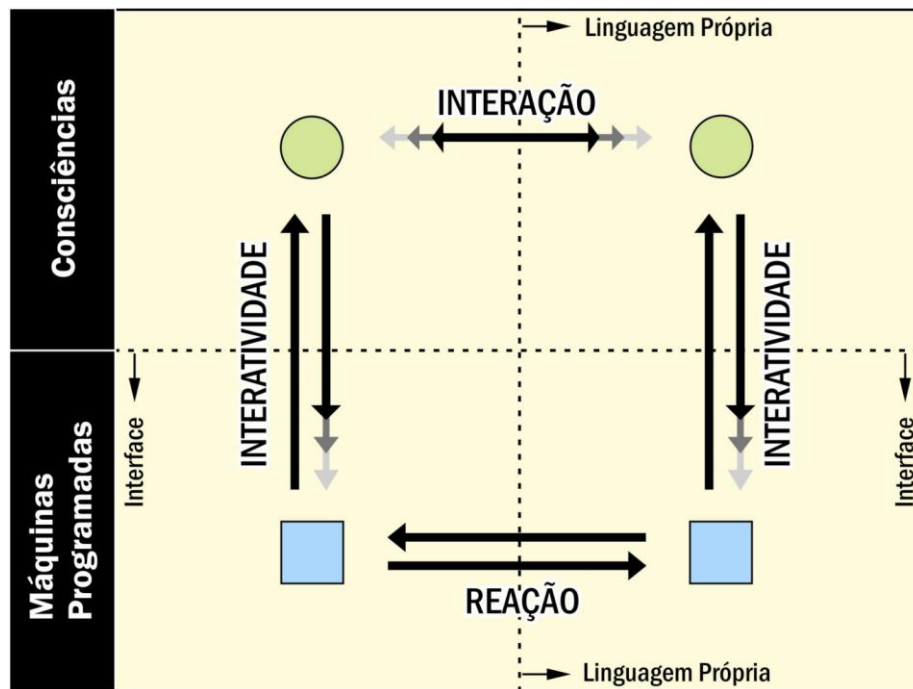


Gráfico 1: Esquema básico para a diferenciação dos termos interação, interatividade e reação (Fonte: Elaboração do autor).

No gráfico acima, entendemos a interação, por excelência, como a relação mútua entre consciências<sup>3</sup> (nos termos ideais colocados por Habermas, como veremos no tópico 4); enquanto a reação por excelência como a relação entre máquinas. Ao perceber a dificuldade de estabelecer a fronteira entre interação mútua e reativa (ou interatividade e reatividade, ou ainda interação social e interação técnica), preferimos adotar um modelo que lide com um espectro ou invés de dois territórios distintos, deste modo um fenômeno pode ser mais ou menos interativo a medida que aproxima-se da interação ou da reação, como valores normativos. Em atividade analítica, não precisamos (e não podemos) decidir se trata de uma interatividade ou reatividade de modo estanque, até mesmo porque não existem ferramentas precisas para isso. Com isto, acreditamos ser possível uma análise comparativa ou invés de uma classificação arbitrária. Podemos

<sup>3</sup> Lembramos que a coincidência de tempo e espaço (o face-a-face) não é condição para a interação mútua, apesar de ser um facilitador, uma vez que um maior número de sistemas sónicos são empregados.



dizer, a partir dos conceitos normativos de interação e reação, que a relação entre Z-Y é mais interativa em relação A-B, mas menos que X-K.

A escolha pelo termo interatividade para nomear este espectro entre interação e reação ideal (e, por isso mesmo, não existente), justifica-se por ser este um valor positivo tido como meta. Para fins de crítica, transformamos a meta em escala. Todas as relações que estabelecemos com uma página na Web é uma interatividade, mas umas se aproximam mais da interação do que outras.

A interação mediada por computador, por sua vez, é o percurso consciência-máquina-máquina-consciência. A interação mediada por computador é estruturada no universo viabilizado pelas interfaces: o ciberespaço.

Con las tecnologías digitales parecía que los viejos espacios se reducen y que las agujas del reloj giraran más rápido. Estas mutaciones afectan a las oposiciones y diferencias que fundan nuestro sistema de significación cultural. Así como el concepto de distancia (cerca/lejos, centro/periferia) ha ido variando em cada período histórico según las tecnologías que modelaban la percepción, también la oposición privado/público ha sufrido transformaciones por la irrupción de las tecnologías digitales (SCOLARI, 2008, p.275).

Neste ambiente, os sistemas de significação não são os mesmos da interação face-a-face, muda a percepção do espaço e do tempo, muda a percepção do privado e do público, instaura-se um mundo (não menos real que o off-line) que dá os parâmetros de significação das interações.

### **3. Os ambientes de interação interpessoal na internet constituem esferas públicas?**

Para Jürgen Habermas (1984), a interação humana nem sempre traz benefícios para a democracia. Ele argumenta que se faz necessário a observância de uma ética do discurso que pautar a inclusividade, a racionalidade, a não-coerção e a reciprocidade (MAIA, 2008). Se a partir dessas regras, analisarmos os debates públicos não-institucionalizados, aqueles que acontecem fora dos ambientes previstos pela organização do Estado (parlamentos), perceberemos o quão distante é este marco ideal da *práxis*, porém é ainda um ideal a ser alcançado<sup>4</sup>. A boa condução do debate público é salutar, porque tanto nos espaços institucionalizados e encarregados das decisões políticas; quanto nos espaços informais, onde se gesta a opinião pública, cumprem papel

---

<sup>4</sup> O que não quer dizer que os debates nos parlamentos estejam próximos do marco ideal, porém neste trabalho nos interessa apenas os debates não-institucionalizados.



importante para o exercício democrático, pelo menos no modelo idealizado na modernidade pelos burgueses.

O público pensante dos “homens” constitui-se em público dos “cidadãos”, no qual ficam se entendendo sobre as questões da *res publica*. Essa esfera pública politicamente em funcionamento torna-se, sob a “constituição republicana”, um princípio de organização do Estado liberal de Direito (HABERMAS, 1984, p.131).

No entanto, precisamos lembrar que o próprio Habermas em *Direito e Democracia*, obra publicada em 1992, fazendo um esforço para entender o papel dos meios de comunicação de massa na constituição da esfera pública contemporânea, diagnóstica perdas da discussão pública em função da visibilidade. Nesta obra, Habermas entende a esfera pública como espaço “no qual há a livre flutuação de questões, informações, pontos de vista e argumentos provenientes das vivências quotidianas dos sujeitos” (GOMES, 2008, p.74). Esta definição mais ampla comporta tanto “a esfera de visibilidade e exposição social”, atualmente estruturada pelos meios de comunicação massivos; como a “discussão, o debate e a argumentação com propósito deliberativo, demonstrativo, conclusivo”, como acontece nos parlamentos; ou ainda “a conversa, o debate, a discussão, a comunicação como formas de interação social” (GOMES, 2008, p.130).

Neste trabalho, nos interessam as interações interpessoais, os debates não-institucionalizados, aqueles que não têm os seus procedimentos regulamentados por leis, mas que ocorrem num ambiente viabilizado e controlado pelos meios de comunicação massivos: os ambientes de interação na internet viabilizados por empresas de comunicação com capacidade de agregar um número demograficamente importante de pessoas: a massa. Pretendemos testar a possibilidade de uma esfera pública fundada em interações interpessoais com alcance massivo.

Neste ambiente, a verbalização das posições é fundamental, porque apenas quando conhecidas as opiniões e desejos dos membros da comunidade política podem ser consideradas. Se pensarmos em ambientes de interação viabilizados pela internet, em princípio, parecem oferecer condições ideais para um debate racional, uma vez que possibilitam uma igualdade nas condições de emissão. Além do ganho dos cidadãos não precisarem coincidir o espaço-tempo para travar um debate. “Contudo, [as tecnologias da informação e da comunicação] *não determinam* o procedimento da interação comunicativa nem *garantem* a reflexão crítico-racional” (MAIA, 2008, p.288).



Quanto a pergunta que deu origem a este tópico – Os ambientes de interação constituem uma esfera pública? – não pode ter uma resposta universal. Faz-se necessário responder a pelo menos duas perguntas: os temas são de interesse público? O debate obedece à ética discursiva – inclusividade, racionalidade, não-coerção e reciprocidade? Quando o debate não acontece segundo esses parâmetros, há apenas um aglomerado de pessoas falando sozinhas. A relação que se estabelece é apenas uma competição para ver quem impõe a sua fala por força das cordas vocais.

#### **4. Os comentários dos leitores da Folha Online: empenho na troca de argumentos**

Como estratégia para demonstrar (e verificar) os conceitos acima trabalhados, decidimos analisar a seção de comentários da versão on-line do jornal Folha de S. Paulo<sup>5</sup> - a Folha Online, por se tratar de um dos maiores jornais brasileiros; a versão impressa tem a maior tiragem entre os jornais pagos em circulação no Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), disponibilizados pela Associação Nacional de Jornais<sup>6</sup>. A versão online está hospedada no portal mais antigo e, provavelmente, de maior credibilidade da internet brasileira: o UOL.

A escolha da seção de comentários da Folha Online se justifica também pela estrutura como os comentários são dispostos. Os comentários são organizados por temas e não diretamente associados a notícias isoladas, como faz a maioria dos jornais online brasileiros. Tomamos como hipótese que esta característica da estrutura favorece discussões com maior complexidade ou que levam em conta um número maior de facetas do fato noticioso.

Observamos os comentários agrupados no assunto “Voo Air France 447”, que falou basicamente da queda do avião da Air France no Oceano Atlântico no dia 1º de junho de 2009 e sobre as operações de busca. Em torno deste tema, até as 18h do dia 22 de junho, foram feitos 1.482 comentários. Por mais que esses números sejam questionáveis no que diz respeito a pouca influência política ou de formação de opinião pública para o conjunto da sociedade brasileira, em relação a grande maioria das discussões que acontecem na internet é um fenômeno que merece estudo. Para operacionalizar nossa análise, selecionamos os 50 comentários mais recentes que tinham sido postados sobre o este tema até as 18 horas do dia 22 de junho. Com isso,

---

<sup>5</sup> <http://www.folha.uol.com.br/>

<sup>6</sup> Os números da circulação dos 10 maiores jornais brasileiros nos últimos sete anos estão disponíveis aqui: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 22 jun. 2009.



pretendíamos avaliar se as trocas de mensagens configuravam-se um debate de acordo com os critérios defendidos por Habermas.

Não obstante, o nosso objetivo neste trabalho é avaliar se efetivamente esses ambientes de interação se configuram esferas públicas de troca de razões sobre coisas públicas; se a interação pode ser considerada um debate de acordo com a ética discursiva, que preza pela inclusividade, racionalidade, não-coerção e reciprocidade. É preciso lembrar ainda estas são as características de um debate ideal, ou seja, que não existe, nunca existiu, nem existirá. Esses são, portanto, parâmetros normativos. No entanto, a premissa é que, quanto mais perto estiver o debate desse marco ideal, mais saudável será para a democracia.

#### **4.1 Inclusividade**

O ideal é que todas as pessoas possam participar do debate ou, pelo menos, todas as quais o debate concerne. No caso de esferas públicas institucionalizadas pelo Estado, todos os afetados pelas decisões deveriam poder participar, e no caso das esferas públicas de discussão informal, todos os concernidos pelo tema deveriam ter a possibilidade de opinarem e de serem considerados dignos de igual modo para tanto. Quanto maior for o grau de participação, maior será o número de posições e mais complexa será a opinião pública resultante deste debate.

A não necessidade de coincidência temporal é um ganho, se levarmos em conta que nas sociedades atuais as rotinas diárias são muito distintas e, conseqüentemente, o período de tempo livre de cada cidadão; porém pode ser entendida também como uma perda por quem acredita numa certa pureza do argumento de alguém que é interpelado sem muito tempo para formular a resposta. Na nossa amostra, os comentários são postados ao longo de todo o dia, havendo pouca concentração em horários determinados, o que indica que possíveis diálogos nestes espaços perderiam muito se fosse imperativa a coincidência temporal.

Quanto ao espaço, nasce com a internet a possibilidade de debater com pessoas da mesma comunidade que não estão dispostas a um encontro físico para debater assuntos de interesse comum, pessoas geograficamente distantes e não só, mas também pessoas impedidas por restrições dos Estados. No entanto,

O potencial da internet para expandir os fóruns conversacionais faz emergir inevitavelmente o problema do acesso. Em termos ideais, a aproximação das condições de universalidade do discurso significa,





em primeiro lugar, que não pode haver barreiras que excluam certas pessoas do debate. Supõe idealmente, a inclusão de todos aqueles potencialmente concernidos ou afetados (MAIA, 2008, p.283-284).

Precisamos lembrar também que no Brasil o acesso à internet ainda é pequeno, se comparado ao conjunto da população. Antes disso, porém, é preciso considerar que o uso da internet demanda alguns conhecimentos prévios sobre o funcionamento da tecnologia ou mesmo ser capaz de ler e escrever, o que ainda não atinge toda a população brasileira. E, uma vez tendo acesso, não há garantias de que os cidadãos terão vontade de participar, mesmo que os temas lhes sejam concernentes. Acesso é pré-requisito para participação, não sua garantia. Então, mesmo os que têm acesso e vontade, precisam ser capazes de usar as ferramentas disponíveis para o diálogo e de expor a sua posição através de um discurso racional.

#### **4.2 Racionalidade**

Para que o debate traga contribuições democráticas, faz-se necessário também que o argumento seja exposto com racionalidade e razoabilidade. Não é suficiente expor as opiniões, é preciso estruturá-las racionalmente em um argumento coeso. A organização razoável das opiniões em palavras é importante para convencer os participantes do debate, no sentido de chegar a um entendimento quanto às coisas públicas. Não estamos falando, portanto, de uma conversa cotidiana despreocupada; os interlocutores precisam se engajar na tentativa de convencimento do outro (GOMES, 2008).

O que pesa sobre as decisões dos participantes de um discurso prático é a força da obrigatoriedade daquela espécie de razões que, em tese, podem convencer a todos igualmente – não só as razões que refletem minhas preferências, ou as de qualquer outra pessoa, mas as razões a luz das quais todos os participantes podem descobrir juntos, dado um assunto que precisa ser regulamentado, qual a prática que pode atender aos interesses de todos (HABERMAS, 20007, p.14-15).

Na Folha Online, percebemos que, constantemente, os envolvidos buscam informações de especialistas, veiculadas pelo próprio jornal ou de outras fontes, para sustentar seus argumentos. No trecho em que nos debruçamos mais atentamente, houve uma discussão quanto à constituição societária da Air France. Os envolvidos buscaram informações em fontes com credibilidade (sites noticiosos e mesmo da Air France), para



estruturar argumentos, bem como também para combater. O participante do debate, mesmo quando não tem certeza, apresenta sua posição com alguma pretensão de verdade, ou pelo menos considera que o seu ponto de vista pode contribuir para chegar a uma verdade. No fim, o objetivo é sempre o convencimento do outro.

Por mais que ambientes de interação, como o que analisamos, dificilmente tomem deliberações de ações práticas, são muito importantes para a construção da opinião pública. Uma vez que as opiniões individuais são expostas e confrontadas, os interesses escusos e mesquinhos são repelidos, e a opinião pública tende a ser construída em bases preocupadas com o bem comum. Para a democracia, o debate não é necessariamente interessante e pode mesmo ser prejudicial, a exemplo dos grupos nazistas que se estruturam em todo o mundo através da internet. Para que se configure um ganho para a democracia, é preciso uma preocupação com o interesse comum a todos. Para tanto, todos devem ser tratados como dignos de manifestar sua opinião. A disputa deve ser entre os argumentos e não entre pessoas.

### **4.3 Não-coerção**

Para Habermas, ninguém pode ser impedido por força ou por coerção de manifestar suas opiniões. Todos devem ser considerados de igual modo dignos. A disputa num debate deve girar em torno do argumento e nunca avaliar os argumentos de acordo o refinamento cultural ou das classes sociais dos envolvidos. Como instituiu a era clássica da democracia grega, todos os homens são igualmente dignos para o exercício da política. A disputa se dá no campo dos argumentos. “Coerção já não pode mais, então, ser exercida na forma de dominação pessoal ou de auto-afirmação à força, mas só de tal modo que “apenas a razão tenha poder”” (HABERMAS, 1984, p.127).

Ao que indicava as primeiras observações, a Internet parece ser um ambiente muito propício para a diminuição da coerção no debate. Primeiro, por haver um favorecimento para a relação um-um, dada a possibilidade de interpelação mútua através dos mesmos modos. Segundo, pela diminuição das barreiras de espaço e tempo. O número de participantes não fica limitado ao tamanho do espaço físico, mas às possibilidades das interfaces. O debate sobre as coisas públicas não precisa ser interrompido para que os cidadãos cuidem de seus interesses particulares. Cada um pode dedicar ao debate o período do dia e a duração de tempo que lhe for conveniente. Terceiro, os Estados tem poucos mecanismos para controlar o debate.



A internet traz ainda a possibilidade do anonimato, como nunca foi possível antes. Os participantes de um debate não precisam revelar sua identidade ao expor uma opinião. O que pode ser favorável para a democracia ou não, a depender do uso. O anonimato pode ser um artifício muito importante para denunciantes que temem por represália; podem favorecer a discussão de temas íntimos; podem possibilitar que pessoas coagidas pelo meio em que vivem se manifestem com mais liberdade; o anonimato pode aumentar a paridade inicial em um debate, ao tempo que todos os participantes não trazem reconhecimento prévio.

No entanto, por outro lado, o anonimato pode também ser prejudicial para o debate, uma vez que diminui a credibilidade da mensagem: fica sempre a dúvida se a mensagem anônima não teria objetivo de beneficiar ou prejudicar terceiros, por razões escusas e mesquinhas; alguém que não preza pela manutenção do respeito dos pares ou pela manutenção de uma determinada identidade pode partir para ofensas que não trazem contribuição para o debate.

No caso da Folha Online, é necessário aceitar um termo de uso<sup>7</sup>, no qual, basicamente, o usuário é lembrado da legislação brasileira e é avisado sobre a política de propriedade intelectual da empresa. Neste termo, a Folha Online tem a preocupação de avisar as penalidades cabíveis caso não sejam respeitados os propósitos do site e a legislação brasileira – a exemplo da veiculação de material pornográfico ou com direitos autorais; salvaguardar o direito de tirar, sem aviso, material publicitário; também informa que é feito o registro do IP do usuário que se conecta ao sistema de comentários, a fim de viabilizar a identificação do autor dos comentários, quando for necessário. O próximo passo é preencher a um cadastro informando e-mail, primeiro nome, sobrenome, data de nascimento, CPF, sexo, país e CEP. Uma mensagem, então, é enviada para o endereço de e-mail informado e um link é disponibilizado para o primeiro acesso.

Ao solicitar nome, CPF e CEP, o jornal Folha Online não permite que os leitores possam fazer uso da condição de anonimato, mas em compensação cria uma exigência por respeito mútuo e exposição cuidadosa das opiniões. Para comentar, o usuário precisa informar e-mail e senha, então todos os comentários feitos por um determinado usuário ficam acessíveis ao lado do nome do usuário. De modo que, ao ler um comentário de determinado autor, é possível acessar facilmente todos os comentários feitos por este usuário.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://comments.folha.com.br/terms.html>. Acesso em: 22 jun. 2009.



Assim, os comentadores, ao longo do tempo, delimitam de modo cada vez mais preciso sua visão de mundo. Constrói uma identidade pela qual tem o cuidado de zelar ao manifestar opinião sobre quaisquer temas. Com isso, não afirmamos que a identidade (ou as identidades) do indivíduo é sempre coerente, mas que a identidade fica a cada comentário mais complexo. Quanto mais comentários faz um leitor, mais complexa é sua identidade. Há também a possibilidade de avaliação pelos pares, através de uma escala que vai de 1 a 5 estrelas.

Na Folha Online, não há moderação antes do comentário ser postado, conforme informa o termo de uso. A moderação se dá a posteriori, quando algum comentário, na interpretação do jornal, fere os propósitos estabelecidos no termo. O jornal toma para si o direito de excluir os comentários, sem aviso prévio. A falta de um moderador, porém, atrapalha na leitura, uma vez que não há uma organização por ordem de encadeamento ou uma edição mínima que garanta alguma qualidade textual. No entanto, essa dificuldade é muito minimizada, ao considerarmos que esta é uma consequência da liberdade de expressão.

#### **4.4 Reciprocidade**

O debate não pode ser um simples aglomerado de vozes. É preciso haver um esforço mútuo para construir um entendimento em relação a um tema de interesse comum. Neste sentido, o debate pode ser entendido como uma conversação em que as partes buscam convencer umas as outras. Os interlocutores precisam considerar-se mutuamente, a fim de que não pareçam duas palestras em que cada palestrante quer impor o seu ponto de vista, sem levar em conta a posição do outro. Um debate socialmente importante, dentro das regras de racionalidade discursiva, tem como pressuposto a possibilidade de “uma opinião prevalente ou um consenso possível” (GOMES, 2008, p.36), ou seja, os participantes precisam considerar a possibilidade de convencer e de serem convencidos.

Os participantes, no momento mesmo em que encetam uma tal prática argumentativa, têm de estar dispostos a atender a exigência de cooperar uns com os outros na busca de razões aceitáveis para os outros; e, mais ainda, têm de estar dispostos a deixar-se afetar e motivar, em suas decisões afirmativas e negativas, por essas razões e somente por elas (HABERMAS, 2007, p.15).

De certo modo, as características da reciprocidade defendida por Habermas se assemelham ao conceito de interação mútua (PRIMO, 2007), com a diferença de que a interação mútua não se preocupa com as outras características do debate. Tanto para Primo quanto para Habermas, numa interação recíproca os participantes estabelecem uma relação com efeitos para todos envolvidos. Para se configurar como tal, a interação recíproca precisa influenciar as trocas subsequentes da relação, o que, ao longo do tempo, influencia na própria constituição das partes envolvidas. Numa interação ou debate recíproco honesto, em graus diferentes, invariavelmente, os envolvidos alteram a configuração do ponto de vista, seja no sentido de mudança ou sedimentação.

Na Folha Online, percebemos que é frequente a citação entre os comentários de leitores. O que objetivamente percebemos na interpelação direta entre usuários. Num nível mais profundo, há um constante retomar dos pontos de vista apresentados para a formulação de argumentações mais complexas. No entanto, mesmo quando um argumento através de dados objetivos sobrepõe a outro, os comentadores dificilmente admitem em palavras que o seu argumento foi vencido. Impera o silêncio, como acontece nos debates off-line. As mudanças de opinião são somadas às identidades do indivíduo gradativamente.

### **5.0 Algumas conclusões ou novas perguntas**

1) Para futuros estudos, acreditamos ser necessário verificar a ocorrência de diálogo em torno de outros temas, uma vez que existe a possibilidade desta participação constante na seção de comentários da Folha Online ter assim acontecido porque o tema tinha uma característica muito peculiar: uma tragédia misteriosa. Ao tempo em que a morte de 283 pessoas causa grande comoção, existe um jogo de mistério quanto às causas do acidente e também na alta tecnologia empregada nas buscas. Ao expandir os temas, a amostragem será maior, o que não permitirá uma observação tão de perto, mas dará uma melhor compreensão do todo.

2) O fato dos comentários não serem atrelados a uma notícia particular, mas a um tema, possibilita uma maior complexidade das discussões. Por vezes, informações de notícias veiculadas dias antes do comentário são retomadas na argumentação dos leitores sobre um fato presente. A questão ganha historicidade contribuindo para interpretações mais profundas, complexas e, em certa medida, críticas.

3) O fato das pessoas se identificarem e de ser possível acessar os comentários anteriores de uma pessoa, exige que o participante zele por alguma coerência na sua



postura. O que acreditamos ser benéfico, por conta de uma exigência de melhor expressão das opiniões, a fim de evitar incoerências internas do discurso disposto ao longo de vários *posts* e para expressar com clareza as opiniões, objetivando ser bem entendido pelos outros. Porém, também identificamos um fator negativo, porque podem acontecer situações em que o debatedor é argumentativamente convencido de que sua posição precisa ser revista, porém não o faz para não assumir que seu argumento perdeu. Para estudos posteriores, acreditamos ser necessárias outras abordagens desde fenômeno, a saber: a constituição da identidade do envolvido no debate ao longo tempo e a distribuição do capital simbólico de reconhecimento entre os participantes.

4) Quanto à pergunta central deste artigo, concluimos que, pelo menos na nossa amostra, o ambiente de interação entre leitores da Folha Online se configurou uma esfera pública, de acordo com a ética discursiva de Habermas. Distante do ideal, é verdade, mais já podemos considerar que este é um espaço que traz benefícios à democracia, ao tempo que se configura um ambiente de consideração mútua entre opiniões, o que resulta em um conjunto de opiniões, nem sempre coerente, denominado opinião pública, ou pelo menos em um conjunto das opiniões dos participantes do debate.

5) Contudo, lembramos que este diagnóstico não permite fazer afirmações generalizantes. Cada caso exige uma avaliação particular. Faz-se necessário questionar se o debate está de acordo com as “regras do discurso” nomeadas por Habermas, a saber, a inclusividade, a racionalidade, a não-coerção e a reciprocidade.

6) De todo modo, concluimos que, em condições a serem testadas caso a caso, as potencialidades de interação mútua da internet são inovadoras, ao tempo que possibilita a constituição de uma esfera pública fundada em interações interpessoais com alcance massivo. Os ambientes da interação na internet, com capacidade de agregar massas, tem condições de promover debates interpessoais com grande visibilidade. Esta é uma potência. Até o momento, ao que tudo indica, apenas uma potência, que se não de forma limitada transformou-se em força.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley. Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. cap.1, p.31-68.



\_\_\_\_\_. Esfera pública política e comunicação em *Direito e Democracia* de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley. Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. cap.2, . p.69-115.

\_\_\_\_\_. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley. Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. cap.3, p.117-162.

HABERMAS, Jürgen. A Ética da Discussão e a Questão da Verdade. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume 1. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LEMOS, André. Anjos Interativos e retribalização do mundo. Sobre interatividade e interfaces digitais. 1997. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interativo.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAIA, Rousiley. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições de deliberação. p.277-294. In: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley. Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

PRIMO, Alex. Interação mediada por computador. Comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTAELLA, Lucia. Interatividade no ciberespaço. p.151-172. In: Navegar no ciberespaço. São Paulo: Paulus, 2004.

THOMPSON, John B. The media and modernity. A social Theory of the Media. Stanford: Stanford University Press, 1995.

VITTADINI, Nicoletta. Comunicar con los Nuevos Media. In: BETTETINI, Gianfranco;

COLOMBO, Fausto. Las Nuevas Tecnologías de la Comunicación. Barcelona, 1995.

WILLIAMS, R. Television: technology and cultural form. Hanover: Wesleyan University Press, 1992.